

Desenvolvendo um pacto nacional: o que é preciso e quais são os ganhos?

Histórico

Pactos nacionais e outros acordos de parceria semelhantes especificam os compromissos assumidos por governos, parceiros de desenvolvimento e parceiros de implementação, visando alcançar melhores resultados na área da saúde, colocando em prática os princípios de eficácia da ajuda incluídos na Declaração de Paris. Não substituem estratégias nacionais de saúde e não são juridicamente vinculantes, mas traduzem a força moral de um acordo que foi negociado.

Este artigo, escrito em 2012 em preparação para o encontro de equipes de saúde dos países da IHP+, avalia os sucessos e os desafios do desenvolvimento e da implementação daquilo que foi estabelecido em um pacto. Por meio das experiências de nove países – Benin, Etiópia, Mali, Mauritânia, Nepal, Nigéria, Serra Leoa, Togo e Uganda – e por meio de uma análise dos 21 pactos de IHP+ assinados à época, este artigo explora a questão: valeu o esforço de desenvolver o pacto?

Pontos-chave

Conteúdo, objetivo e desenvolvimento do pacto:

- Normalmente, pactos especificam os compromissos para implementar os “três pontos principais” na gestão de recursos internos e externos destinados à saúde: um plano nacional para o setor da saúde, um orçamento e uma estrutura de monitoramento e de avaliação.
- Os compromissos e os indicadores mais comuns destinam-se à distribuição previsível de assistência ao desenvolvimento na área da saúde e à utilização de avaliações conjuntas dos resultados.
- Dois terços dos pactos dispõem de indicadores para acompanhar progressos dos compromissos de implementação, mas apenas três incluíram metas específicas para mensurar os compromissos. Cerca de dois terços dos pactos destacam um sistema para revisão dos compromissos que, na maioria dos casos, é a Análise Anual Conjunta do Setor da Saúde.
- Não existem padrões em relação a processo, nível de esforço ou tempo necessário para desenvolver um pacto. O desenvolvimento de um pacto pode exigir de quatro meses a pouco mais de um ano.

Resultados do pacto e valor agregado

- A ideia de pacto não é nova: muitos países utilizaram processos setoriais de coordenação duradouros. Nesses países, os benefícios dos compromissos conjuntos de planejamento e de coordenação são mais evidentes. O valor agregado de um pacto depende do contexto e daquilo que já existe no país.

- Em termos gerais, pactos podem ser catalizadores de planejamento conjunto, e têm um poder simbólico ou moral que estimula os parceiros a implementar compromissos.
- Pactos vêm melhorando a qualidade do diálogo para a coordenação da ajuda em nível nacional. Estabelecem a direção a seguir e objetivos de alto nível para que os parceiros nacionais possam aprimorar a utilização eficiente de recursos da área da saúde, tanto internos quanto externos.
- Os pactos agregaram legitimidade internacional e força moral aos esforços de coordenação da ajuda.

Desafios

- Alguns dos resultados esperados de um pacto – como registros da ajuda em orçamento e canalização de recursos por meio de sistemas públicos de gestão financeira no país – ainda não foram alcançados.
- Nos países, alguns dos maiores doadores não assinam ou apoiam os pactos. Portanto, os custos de transações de gestão da ajuda permanecem altos.
- As expectativas de financiamento externo adicional, como resultado da assinatura de um pacto, não foram concretizadas.

Lições aprendidas

- Government leadership is vital in ensuring mutual trust, and maintaining an effective coordination mechanism.
- A liderança do governo é vital para garantir confiança mútua e manter um mecanismo eficaz de coordenação.
- Para que sejam uma ferramenta eficaz para responsabilização mútua, os pactos devem incluir um pequeno conjunto de indicadores mensuráveis, relevantes e adequadamente selecionados, que possam ser rastreados durante a Análise Anual Conjunta do Setor da Saúde.

Reference

Taylor. M, Dolea. C (2012), Developing a Country Compact: what does it take and what are the gains?